



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
Controladoria-Geral do Município
Comitê Gestor do Plano Municipal de
Transparência e Controle Social
Atas – 2020

ATA N° 2/2020 – CGPMTCS

Ata da 2º Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Plano Municipal de Transparência e Controle Social de 2020, realizada no dia 10 de março de 2020, às 14 horas, no Auditório do prédio administrativo da Prefeitura do Município de Londrina.

- 1 1. Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, reuniram-se no Auditório
2 do prédio administrativo da Prefeitura do Município de Londrina, convocados por
3 meio de e-mail, os senhores: Newton Hideki Tanimura, Controlador-Geral do
4 Município e Coordenador do Comitê Gestor do Plano Municipal de Transparência
5 e Controle Social, Carlos Alberto Siqueira, membro suplente da CGM e Gisele
6 Cristhiane Itiyama (CGM), Alexandre Sanches Vicente, Ouvidor-Geral do
7 Município, Auber Silva Pereira, membro titular do Conselho Municipal de
8 Transparência e Controle Social de Londrina (CMTCSL), Adriana Martello Valero
9 e Danilo A. L. Barbosa, membro titular e suplente da Secretaria Municipal de
10 Recursos Humanos (SMRH), Cinthia Mara Camillo, membro suplente da
11 Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia da Informação
12 (SMPOT), Fernando Tunouti e José Eduardo Soncin, convidados da Secretaria
13 Municipal de Obras Públicas (SMOP), Marcelo Frazão, representante da
14 Secretaria Municipal de Gestão Pública (SMGP), José Albino O. Branco, membro
15 titular do Observatório de Gestão Pública de Londrina (OGPL), Juarez P.
16 Tridapalli, membro titular da Secretaria Municipal de Governo (SMG) e Saulo F.
17 A. Vieira, membro titular da Universidade Estadual de Londrina (UEL). O Sr.
18 Newton, Coordenador do Comitê, deu início a reunião às 14 horas e 03 minutos,
19 desejou boa tarde e agradeceu a presença de todos. Primeiramente, apresentou
20 a programação da ata: validar as sub-propostas relacionadas à Secretaria
21 Municipal de Obras Públicas (SMOP) no que se refere a divulgação do andamento
22 dos projetos e a sub-proposta relacionada a Secretaria Municipal de Recursos
23 Humanos (SMRH). Perguntou aos presentes se havia mais alguma colocação ou
24 observação para colocar em pauta. Sr. Carlos Siqueira completou que se possível
25 a Ouvidoria-Geral do Município também se apresentaria. Sr. Auber acrescentou
26 que: uma série de colocações registradas em atas, acabam faltando deliberações
27 e que gostaria de discutir qual maneira conduzi-las. Sr. Newton concordou e deu
28 continuidade agradecendo a presença e passando a palavra aos Srs. Fernando e
29 José Eduardo representantes da Secretaria de Obras. Antes, Sr. Newton
30 enfatizou conforme combinado anteriormente, os representantes teriam 30
31 minutos para fazer a explanação. Solicitou que as manifestações sejam feitas
32 através de inscrições após a apresentação. Sr. Fernando iniciou desejando boa
33 tarde e explanando que referente as placas de obras da Prefeitura de Londrina, o
34 modelo já vem sendo adotado desde 2013. Na placa consta, a logo da prefeitura,
35 alguns dados em relação à secretaria demandante da obra, e mostrou a imagem



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
Controladoria-Geral do Município
Comitê Gestor do Plano Municipal de
Transparência e Controle Social
Atas – 2020

36 de um exemplo de placa de obra, neste exemplo constava escrito, Secretaria da
37 Educação e de Obras. Embora poderia ser outra como Secretaria de Assistência
38 Social, por exemplo, na placa consta também vários dados a respeito da obra,
39 prazo de execução, valor, dados da empresa contratada, como, CNPJ,
40 responsável técnico, CREA e o número da obra mais o QR CODE. Nesse código
41 é um link que direciona para o portal da transparência, na página de pesquisa de
42 obras. A pessoa interessada, ou o cidadão que deseja fazer qualquer consulta em
43 relação às obras do município, ele faz a leitura do QR CODE e digita o número da
44 obra e é direcionado exatamente na ficha de obra correspondente. Mostrou aos
45 presentes várias imagens de placas de obras feitas recentemente. Evidenciou
46 uma imagem de placa referente a obra “Recuperação do Museu de Arte de
47 Londrina”, na placa consta o número da obra 9477 e o QR CODE, a placa da obra
48 “Ampliação da nova sede Municipal de Assistência Social”, obra 9917 e o QR
49 CODE, e também a placa da “Reforma da Escola Municipal Bento Munhoz da
50 Rocha” em Lerroville, Secretaria Municipal de Educação, obra 9357 e QR CODE.
51 Pediu para o Sr. Carlos acessar a página Web do Portal da Transparência para
52 demonstrar a consulta, pediu para acessar obras em andamento e digitar o
53 número no quadro de pesquisar. Pediu para pesquisar como exemplo a obra
54 9357, ao clicar em pesquisar apareceu “Obra não encontrada”, pediu então, para
55 pesquisar a obra 9477 e apareceu na página da Web a ficha da obra
56 “Recuperação e Adequação no Museu de Arte de Londrina” constatou que trata,
57 exatamente da placa da obra já apresentada em placa anteriormente. Explicou
58 que a obra 9357, a da consulta anterior, trata-se de uma obra já concluída por isso
59 não consta nessa lista, e estará em outra lista, referente a outro assunto que ainda
60 será tratado em pauta. Sr. Fernando continuou explanando que a título de
61 informação todos os dados da obra estão presentes nas fichas de obras, inclusive,
62 os termos aditivos já formalizados com os novos valores, consta todas as planilhas
63 mais a foto referente a medição da obra. Neste momento, Sr. Carlos sugeriu aos
64 presentes fazer o teste referente ao QR CODE em algum aparelho de celular. Sr.
65 Saulo fez o teste e confirmou que ao fazer a leitura do QR CODE foi direcionado
66 conforme o prometido. Sr. Fernando explicou que ao usar o leitor para QR CODE,
67 o cidadão será direcionado para a página de consulta de obras em execução e
68 que o segundo passo é digitar o número da obra, completou que não conseguiram
69 fazer QR CODE para cada obra. Com relação à divulgação das informações das
70 obras já finalizadas, informou que os relatórios são gerados em PDF mensalmente
71 e disponibilizado no Portal da Transparência. Ele pediu para o Sr. Carlos acessar
72 o sítio “web” e exemplificou mostrando na página os dados da obra “Reforma da
73 Escola Municipal Bento Munhoz”, com o valor final, data de início e de conclusão.
74 Concluiu a apresentação dizendo que a Secretaria de Obras entendeu a proposta
75 do Plano de Transparência desta forma. Dando sequência, Sr. Newton passou a
76 palavra ao Sr. Alexandre, o primeiro inscrito que destacou que em relação às
77 placas de obras, recentemente em evento da Controladoria e Ouvidoria-Geral da
78 União eles orientaram que além de todo o padrão das placas ao nível de Governo
79 Federal e Municipal que as placas de obras passam a ter o contato da Ouvidoria-
80 Geral do Município. O Sr. Fernando solicitou a sugestão por escrito com
81 exatamente os dizeres que deve constar em placa para não haver erros. O Sr.
82 Alexandre concordou e o questionou referente ao Mapa Interativo se houve algum



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
Controladoria-Geral do Município
Comitê Gestor do Plano Municipal de
Transparência e Controle Social
Atas – 2020

83 avanço. Sr. Fernando explicou que se trata de um projeto que envolve e depende
84 de outros órgãos e que atualmente a Secretaria de Obras está em implantação e
85 adaptação de um novo sistema, no entanto, considerou que o 'software' poderá
86 ajudar e considera projeto em tramitação. Sr. Alexandre acrescentou para todos
87 compreenderem que o Mapa Interativo se trata de uma proposta para o
88 acompanhamento das obras a cada medição através das imagens. Dando
89 prosseguimento, o Controlador perguntou aos representantes da Secretaria de
90 Obras, sobre as placas, se teria como inserir informação sobre aditivos e
91 prorrogações. O Sr. Fernando respondeu que, na verdade, a placa é um 'item'
92 referente à obra. Então, nós, a pagamos uma vez, uma obra é muito dinâmica. O
93 Sr. Newton concordou e completou que com as informações da placa se consegue
94 acompanhar fazendo uma consulta. Acrescentou aos presentes que já houve uma
95 proposta, acredita ser do Governo Estadual das próprias empresas, as
96 construtoras instalarem as câmeras em obra para fazer o acompanhamento, essa
97 prática agregaria não só na execução, mas também na fiscalização das nossas
98 obras. Em relação aos relatórios de obras concluídas que estão hoje no Portal da
99 Transparência, são arquivos em PDF, o Controlador orientou para que tentassem
100 migrá-los em outro formato considerando as Políticas de Dados Aberto. Além
101 disso, considerou o formato PDF difícil para pesquisas, localização ou mesmo
102 para trabalhar com esses dados. O Sr. Newton finalizou ressaltando que a missão
103 não é apenas o papel de cumprir a transparência, mas também de se colocar no
104 lugar do cidadão, no sentido de facilitar seu trabalho e agregar mais valor à
105 população. O próximo inscrito foi o Sr. Auber que iniciou sua fala dizendo que as
106 obras seguem a lei 8666/93 e quando finaliza o processo licitatório, a secretaria
107 recebe o projeto, inicia-se até a entrega provisória e definitiva. Dentro disso como
108 toda obra tem os seus percalços ou questões que não são previstas em projeto,
109 o projeto também deve fazer parte dessa apresentação no código da obra.
110 Confidenciou que é muito cansativo para quem trabalha com transparência ficar
111 solicitando para determinados departamentos e secretarias pedidos de
112 informações. Sugeriu que quando acionado o leitor de QR CODE, que todas as
113 informações da obra pudessem aparecer em uma ordem cronológica e deu o
114 exemplo do sítio da Câmara de Vereadores. Nesse sentido, o cidadão consegue
115 ver como que acontece um projeto de lei com todo histórico de tramitações, se
116 houve uma remessa para uma determinada comissão aparece, se houve uma
117 remessa de um parecer de um Conselho Municipal aparece, então tudo isso
118 aparece, é isso que o cidadão em tempos de Transparência imagina que venha ser
119 transparência de uma obra pública. É óbvio que quando se trata de obras se tem
120 alguns arquivos que estarão em AutoCad e outros que estarão digitalizados, mas
121 o PDF passa a ser um documento interessante para armazenamento. Para ficar
122 mais claro gostaria de citar 4 obras, para gente fazer um exercício aqui. A primeira
123 obra seria o próprio prédio da prefeitura que está inacabado, a do teatro que está
124 parado já há algum tempo também, e outras duas obras novas seriam a do
125 Moringão e a obra da Faria Lima. Para ficar mais prático poderíamos acessar o
126 Portal da Transparência e ver como essas obras são apresentadas. A obra inicial
127 poderia ser a obra da Prefeitura Municipal de Londrina que ainda não teve a
128 entrega definitiva. O Sr. Fernando o respondeu que no caso das obras concluídas,
129 o prédio da prefeitura considera-se concluída, uma vez que a construtora já



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
Controladoria-Geral do Município
Comitê Gestor do Plano Municipal de
Transparência e Controle Social
Atas – 2020

130 entregou a obra, apesar de termos ainda alguns questionamentos a respeito do
131 serviço dela. Por isso que não foi feito ainda, a entrega definitiva, mas como
132 contrato consideramos como uma obra concluída. O Sr. Auber reiterou que a lei
133 8666/93 é bem clara só com o termo de entrega definitiva que a obra está
134 concluída e ainda com aquela garantia de 5 anos. Continuou dando exemplo do
135 Teatro Municipal que também se encontra inacabado. O Sr. Fernando respondeu
136 que o projeto do Teatro Municipal será feito por lotes, por fase. Houve uma
137 primeira fase porque o recurso veio de forma parcial para o Município pelo
138 Ministério da Cultura, e com o dinheiro que veio, foi o que deu para construir até
139 hoje, a princípio era para vir mais recursos pelo Ministério da Cultura, mas não
140 ocorreu, então é por isso que a obra foi executada até o ponto em que ela se
141 encontra. E como foi dado o nome a ela de: “Primeira fase da construção do
142 Teatro Municipal”, a primeira fase correspondia exatamente como ela se encontra.
143 Consideramos o contrato, como concluído. Sr. Auber replicou que para o cidadão
144 comum ele procura as informações e não encontra, passa na frente da obra e vê
145 o ‘Elefante Branco’. Sr. Fernando explicou que o cidadão não encontrará a obra
146 na lista de obras em andamentos, porque são contratos concluídos, a fase foi
147 concluída. Continuou esclarecendo que no entendimento a Secretaria de Obras
148 tem a responsabilidade sobre o contrato, a fiscalização. O contrato veio desta
149 forma, quanto a continuidade da obra cabe a Secretaria da Cultura promover, por
150 que ela é a demandante. Então, fizemos ao que nos cabia, fiscalizar e gerir o
151 contrato até a fase que se encontra no momento. Sr. Saulo questionou, se seria
152 possível, pelo menos colocar em números de etapas da obra. O Sr. Fernando
153 esclareceu que a Secretaria de Obras não tem esse controle. Sr. Newton,
154 lamentou que a cada mudança de governo as prioridades mudam e concluiu que
155 muitas obras acabam ficando prejudicadas. O Coordenador continuou expondo
156 não saber como foi o processo de elaboração do projeto do Teatro e que apenas
157 a secretaria demandante poderia responder. No entanto, ele expôs que não cabe
158 ao comitê pedir explicações de projetos para a Secretaria e sim analisar se a
159 proposta de divulgação de informações foi realizada. O Sr. Auber replicou que se
160 tratando em divulgação de informações, estamos sem a informação de uma obra
161 pública. O Sr. Newton pontuou que dentro do que foi sistematizado na proposta
162 do plano acredita que está atendendo. Explicou que a obra foi separada por fases,
163 então a primeira fase foi considerada por parte de Secretaria de Obras, como
164 concluída. Concordou com o Sr. Auber que para efeito de população a obra é um
165 ‘elefante branco’ e lastimou o município não ter o recurso para dar continuidade.
166 Entretanto, concluiu que toda a execução da primeira fase foi concluída, foi
167 acompanhado pela Secretaria de Obras, foi feito o pagamento para a Construtora.
168 Sr. Saulo pediu a palavra e sugeriu que Secretaria demandante da obra, mesmo
169 que não tenha o recurso para continuidade que seja indicado para população ao
170 menos, a etapa da obra. Ponderou que isso, inclusive protege a própria Secretaria
171 de Obras que dentro da etapa ‘tal’, ela atendeu a todos os requisitos. Finalizou
172 que acredita ser nosso papel, comunicar a população de uma maneira clara, fácil
173 e simples. Cinthia acrescentou que pode existir, um contrato de uma fase de obra
174 concluída, mas não necessariamente a conclusão do projeto. Sr. Marcelo também
175 acrescentou que independente do que chamamos, ou justificamos as coisas, essa
176 informação está faltando e conforme o que o Professor Saulo pontuou essa seria



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
Controladoria-Geral do Município
Comitê Gestor do Plano Municipal de
Transparência e Controle Social
Atas – 2020

177 bem útil sim. Sr. Newton perguntou se mais alguém gostaria de se manifestar
178 sobre esse assunto. Sr. Auber enfatizou que se siga o rito da lei dentro de um
179 critério que já apontou, a exemplo do legislativo, onde se tem a apresentação de
180 um projeto com todas as fases em ordem cronológica, isso fica transparente para
181 o munícipe. Continuou que esse foi só um exemplo, mas tem vários, citou a obra
182 da 'Salgado Filho', com as mesmas condições, tiveram várias fases, citou
183 novamente, as obras da 'Faria Lima' que já tem vários aditivos, e também a do
184 'Moringão' que está parada. Lamentou que o município tem obras que demoraram
185 décadas e ainda não tem a visualização do concreto e perguntou como essas
186 obras estão sendo apresentadas a população. O Sr. Fernando respondeu que a
187 secretaria tem procurado indicar ao máximo possível, o número do Sistema
188 Eletrônico de Informações (SEI) com as informações. Sr. Marcelo perguntou a
189 Sra. Cinthia se no caso do SEIs que consta nos relatórios, se estes teriam como
190 virar 'link' para ser direcionado. A Sra. Cinthia explicou que nos 'links' das
191 planilhas e fotos consta os SEIs com os links que são direcionados. Sr. Newton
192 questionou ao Sr. Auber, qual seria sua sugestão na melhoria da divulgação das
193 informações de obras, explicou que há a divulgação de todas as informações,
194 inclusive, o número do SEI referente a todas as medições com acesso público.
195 Então, o Sr. José, membro pelo Observatório da Transparência aproveitou a fala,
196 referente ao SEI e perguntou se há a possibilidade de ao consultar o número SEI,
197 este já aparecer tudo, desde o começo até o final, sem precisar ficar clicando em
198 vários outros SEIs que ficam anexados ao SEI pesquisado. Sr. Auber concluiu
199 que esta também é a sua sugestão, que a divulgação seja divulgada em ordem
200 cronológica, com todas as informações de maneira mais palatável para o cidadão.
201 Continuou que, o munícipe quer que seja entregue uma obra com melhor relação
202 custo-benefício, com o custo condizente e dentro do prazo estipulado do processo
203 licitatório. Considerou que existe uma falha grande em termos de projeto em
204 algumas obras, nos deparamos com projetos que se esqueceu a metade da obra
205 e também deve haver uma fiscalização em relação ao projeto, se este é coerente
206 com o que está sendo pleiteado pela população. O Coordenador apresentou aos
207 representantes da Secretaria de Obras, considerando a fala do Sr. Auber, se
208 possível, disponibilizar o histórico do diário de obra. Outra questão em relação,
209 especificamente ao teatro, o planejamento do projeto, a Secretaria de Obras
210 participou ou fica por conta da Secretaria de Cultura, existe esse controle de
211 quantidade de fases ou depende mesmo do recurso. Sr. Fernando considerou que
212 acredita não haver um dispositivo legal que impeça este tipo de situação. Sr.
213 Juarez esclareceu que agora devido aos constantes atrasos, tem sido adotado a
214 prática da construtora apresentar um plano de execução com um cronograma
215 mais detalhado. Sr. Fernando confirmou que a princípio a Secretaria de Obras
216 adotará essa sistemática. Sr. Carlos contribuiu com a seguinte fala, com relação
217 à lei 8666/1993, que prevê as normas para licitações e contratos da Administração
218 Pública. Esse passo a passo que o Sr. Auber expôs que a câmara adota, hoje é
219 disponibilizado pelo município, no SEI, Sistema que a Prefeitura adota. Concordou
220 que há uma desconexão entre as informações no que se refere a própria licitação
221 e as informações do passo a passo do contrato, admitiu que se o cidadão tivesse
222 toda a informação mais consolidada do começo do processo até o final, seria o
223 ideal. Mas contemplou que em termos de transparência consta todas as



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
Controladoria-Geral do Município
Comitê Gestor do Plano Municipal de
Transparência e Controle Social
Atas – 2020

224 informações. Divulgou que Inclusive no Portal do Tribunal de Contas do Paraná,
225 no qual, o município presta conta mensalmente, importando as informações. A
226 título de informação demonstrou na página do TCE-PR, que é possível acessar
227 todos os dados da obra. Observou que o formato divulgado pelo Portal talvez
228 esteja mais próximo do modelo ideal que foi posto pela maioria presente. Concluiu
229 que é mais uma fonte de consulta para o cidadão e nesse sentido acredita que
230 talvez o que falte é instruir melhor a população. Sr. Auber replicou que hoje as
231 sociedades modernas têm três tipos de controle e considerou o mecanismo
232 apresentado pelo Sr. Carlos, trata-se de controle interno. No controle interno há
233 uma quantidade enorme de relatórios porque todas as secretarias estão
234 alimentando o sistema, no entanto, o controle externo e social é em relação de
235 como passar essas informações para a sociedade. Então, o que é interessante
236 passar para a população, o que a população gostaria de saber. No sentido de
237 controle externo e transparência para o cidadão comum, uma divulgação simples
238 de maneira que qualquer cidadão consiga consultar uma obra e ter todas as
239 informações consolidadas em ordem cronológica. Sr. Fernando concordou com
240 todas as colocações no que se refere a consolidar todas as informações desde a
241 fase de elaboração de projeto, até a licitação, contratação e o término. Mas avaliou
242 que se trata de uma discussão que talvez envolveria a prefeitura como um todo.
243 Por que consolidar todas as informações a cargo de uma Secretaria de Obras,
244 tendo que buscar algumas informações em outras secretarias. Sr. Newton
245 completou que o município não tem um sistema para consolidar essas
246 informações. Sr. Alexandre colocou que em breve com a aquisição de sistema
247 contemplará a integração das secretarias. Explicou ao demais que o assunto já
248 foi abordado exhaustivamente em reuniões passadas. O Sr. Juarez atualizou que
249 o projeto foi encaminhado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e
250 Social (BNDES) e confirmou que o projeto vai atender o sistema financeiro, o
251 sistema de todo ciclo do gasto público, da cadeia de suprimento, tributário e de
252 aprovação de projeto de obra e loteamentos, e a parte da infraestrutura ficará em
253 torno de 7 milhões, como o recurso será próprio, a nossa Diretoria de Tecnologia
254 da Informação (DTI) já está tocando, nos próximos dias deve estar fazendo a
255 contratação, nesse momento, faz uns 15 a 20 dias, o BNDES pediu para dar
256 continuidade que, apresentarmos pontos de referência mínima. Então, a
257 Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina
258 (FAUEL) está elaborando este o termo de referência para apresentarmos. Sr.
259 Newton solicitou a palavra e anunciou que gostaria de finalizar o assunto, pois,
260 acredita que apesar da ressalva de algumas colocações levantadas ao nível de
261 aprimoramento, considerou a sub-proposta atendida. No entanto, o Sr. Auber
262 manifestou não estar de acordo. A Sra. Adriana pontuou que com base na
263 proposta do plano acredita que a Secretaria de Obras atendeu a sub-proposta e
264 acrescentou que baseado nas manifestações e observações feitas para os
265 aprimoramentos poderiam criar uma nova proposta. Sr. Carlos sugeriu que a nível
266 de Comitê com os recursos que temos hoje e baseado nas propostas do Plano de
267 Transparência é isso que podemos entregar e relatou que o comitê não consegue
268 avançar, em 4 anos do governo do ex-prefeito Alexandre Kireeff mais 4 anos do
269 Prefeito Marcelo Belinati e ainda existem propostas não concluídas do governo do
270 Kireeff, antecipou que logo virá outra conferência que poderá apresentar mais



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
Controladoria-Geral do Município
Comitê Gestor do Plano Municipal de
Transparência e Controle Social
Atas – 2020

271 propostas e considerou que talvez não cabe ao Comitê e sim ao Conselho
272 Municipal de Transparência fazer esse trabalho com as secretarias de quais são
273 as prioridades. Sr. Saulo ponderou que a proposta está atendendo, mas que
274 constatamos que talvez podemos ir um pouco mais além. Então, se a secretaria
275 entende que essas as sugestões feitas aqui que elas não têm nenhum tipo de
276 implicações maiores, como a sugestão que o próprio Alexandre trouxe. Finalizou
277 que a incorporação das sugestões fique como compromisso. Sr. Auber reforçou
278 que no tripé da sociedade moderna no controle interno ela pode estar atendendo.
279 Sr. Newton esclareceu que comitê foi criado para fazer com que o Plano Municipal
280 de Transparência fosse cumprido. As propostas que foram apresentadas pelo
281 Observatório e pelo Conselho Municipal da Transparência estão relacionadas
282 nesse plano, então para que possamos avançar o Comitê deve avaliar a
283 conclusão de cada sub-proposta. Portanto, em relação a essas subpropostas,
284 existem dois caminhos: o primeiro, que essas sugestões devem ser atendidas e
285 que a subproposta seja considerada concluída ou que a subproposta concluída,
286 e que as sugestões apresentadas à Secretaria de Obras, fará um esforço para
287 implementá-las. Adriana analisou que da forma que foi descrita a sub-proposta foi
288 atendida. Concordou que todas as sugestões levantadas são válidas, no entanto,
289 sugeriu novamente a criação de novas propostas com as sugestões levantadas.
290 Exemplificou que o RH está vivendo um novo momento e depois da implantação
291 do sistema acredita que haverá outras possibilidades. Sr. Auber informou que as
292 propostas são criadas em conferência do Conselho e que o Comitê não tem
293 autonomia de criar propostas. Sr. Alexandre aproveitou o gancho da fala da Sra.
294 Adriana e do professor Saulo, e comentou que se a cada proposta apresentada
295 criarmos novas, nenhuma proposta será concluída, mas isso, não impede que nós
296 assumamos novos compromissos. Sr. Fernando reforçou que a Secretaria de
297 Obras nunca se opôs a não fazer e que estão sempre se esforçando para tentar
298 manter a população a mais informada possível e deu graças por existir o SEI hoje
299 que possibilitou muito a transparência das ações da sua secretaria. Lamentou que
300 alguns processos ainda estejam um pouco confusos para os usuários, talvez
301 menos instruídos. Mas constatou que é a ferramenta que temos no momento.
302 Concordou com a Secretária de RH, de que com o novo sistema haverá novas
303 possibilidades de melhorias e deu como exemplo, o Mapa Interativo que o
304 Alexandre comentou que se trata de uma proposta proativa. Sugeriu que as
305 questões levantadas sejam levadas para a próxima conferência. O Sr. Auber disse
306 que não gostaria que ficássemos com essa tese, que o que não foi feito em 8
307 anos, fosse feito em duas reuniões, pois, essa tese cai por terra porque se teve
308 oito anos para poder realizar, poderia ter sido apresentado antes, então não
309 vamos tratorar ou exercer pressão sobre esse Comitê sendo que nós não estamos
310 aqui há 8 anos debatendo esse ponto. Se esse ponto veio a pauta agora nesse
311 momento, este está sendo discutido há dois meses. Sr. Newton resgatou que
312 existiu e existem as ações da gestão passada e as ações dessa gestão, quando
313 esta gestão começou nesse processo, a primeira questão foi validar o que foi e o
314 que não foi feito. Na verdade, não havia nenhuma definição de quem era o
315 responsável por isso, definimos junto a Secretaria de Governo, demandamos para
316 as secretarias o nosso entendimento dos responsáveis pela, as ações e também
317 perguntando o que se havia feito, juntamos todas essas informações e voltamos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
Controladoria-Geral do Município
Comitê Gestor do Plano Municipal de
Transparência e Controle Social
Atas – 2020

318 a fazer as reuniões do Comitê Gestor, para a validação das ações que as
319 secretarias afirmaram terem executado, fizemos todo esse levantamento. Dentro
320 das informações que as secretarias trouxeram, algumas sub-propostas, eles
321 consideraram não estar totalmente concluídas. Então, retomamos essa conversa
322 para validar somente essas sub-propostas que dentro do entendimento das
323 secretarias não estava totalmente concluídas. A vinda da Secretaria de Obras é
324 justamente para validarmos se a sub-proposta está ou não concluída, o comitê
325 que vai decidir se concorda ou não. No caso de o comitê considerar a sub-
326 proposta como não concluída, vamos questionar qual que é o plano da secretaria.
327 Isso não significa que estamos tentando fechar os oito anos, não, estamos
328 tentando fechar o Plano da Transparência, ouvindo as secretarias e validando
329 pelo comitê. Foi a própria Secretaria de Obras que apontou em relatório que essas
330 sub-propostas estavam pendentes e hoje vieram aqui para demonstrar que foi
331 atendido. Podemos considerar três opções, consideramos como atendida, não-
332 atendida até que as propostas apresentadas, projeções que apresentamos, sejam
333 implementadas ou atendida e cria-se uma nova sub-proposta para implementar
334 todas as propostas que foram apresentadas. Sr. Auber mencionou novamente
335 que não é possível criar novas sub-propostas. Sra. Cinthia acrescentou que o
336 comitê pode colaborar na próxima conferência apresentando todas as sugestões
337 levantadas ao longo de todas as reuniões. Sr. Newton continuou seu resgate
338 histórico: Os autores do Plano da Transparência (remanescente e atual) são o
339 Conselho da Transparência e Observatório de Gestão Pública, eles apresentaram
340 esse plano para o prefeito da gestão anterior e para o prefeito desta gestão que
341 concordaram. No seu entendimento, quem deveria validar as propostas como
342 concluída ou não, seriam os seus autores. O prefeito ampliou essa situação para
343 o comitê fazer acompanhamento. Confessou que gostaria de discutir esse
344 assunto, talvez na próxima reunião sobre realmente qual é o trabalho do Comitê,
345 antecipou que quando foi criado o comitê não existia o conselho, não existia
346 conferência, na sua visão não existia espaço para participação social na área de
347 transparência e controle social em que a sociedade organizada pudesse
348 participar. Considerou que hoje a sociedade já tem voz ativa no que se refere a
349 Política de Transparência no Município. Portanto, talvez não necessite de dois
350 colegiados tão parecidos. Tem o Conselho da Transparência com representantes
351 da sociedade e do governo, tem o comitê gestor que também tem os
352 representantes da sociedade e do governo Municipal. A Conferência municipal é
353 um ambiente para que todos possam participar, todos podem apresentar as
354 diretrizes e propostas de política de Transparência, existe o Conselho Municipal
355 de Transparência e Controle Social. Disse que gostaria de discutir isso na próxima
356 reunião e convidar o Sr. Fábio Cavazotti, pois, ele como autor do Plano, entendeu
357 sua necessidade e finalizou que novas propostas sempre surgirão, entende que
358 caminho e canal, hoje, a sociedade tem. Sr. Auber replicou que não compreendeu
359 a fala do Sr. Newton e que em sua concepção é natural que o município tenha o
360 Comitê para a implantação das propostas e que tenha o seu Conselho Municipal
361 de Transparência e Controle social tratando de assuntos relacionados ao controle
362 social que é um ambiente de receber, fazer conferências, estamos no momento
363 trabalhando em 15 propostas nos três eixos...Sr. Newton interrompeu e pediu ao
364 Sr. Auber para pautar esse assunto na próxima reunião, que apenas fez essa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
Controladoria-Geral do Município
Comitê Gestor do Plano Municipal de
Transparência e Controle Social
Atas – 2020

365 colocação para esclarecer sua visão, mas a deliberação desse assunto gostaria
366 de expor para a próxima reunião pois, chamaria o Fábio Cavazotti, um dos autores
367 do Plano da Transparência. A fim de finalizar o assunto relacionado a
368 subpropostas da Secretaria de Obras, solicitou a votação dos membros do
369 Comitê. Em votação nominal, com exceção do Sr. Auber todos entenderam que a
370 sub- proposta está concluída. Sr. Newton finalizou o assunto agradecendo o Sr.
371 Fernando e o Sr. José Eduardo, representantes da Secretaria de Obras pela
372 apresentação. Sr. Carlos leu o resumo da sub-proposta relacionada a Secretaria
373 de Recursos Humanos, que se trata da divulgação em tempo real de informações
374 gerais, tais como: qualificação; lotação; atribuições; remuneração; penalidades;
375 justificativa de nomeação aos cargos comissionados e tempo de serviço. A
376 Secretária de RH, Adriana, iniciou explanando que com relação a sub-proposta
377 apresentada, hoje, há a divulgação das informações de todos que exercem função
378 pública. Nesse escopo das informações, a qualificação dos servidores encontra-
379 se desatualizada, o dado só é preenchido na ocasião da contratação, ao
380 ingressar, ele atende o requisito do concurso ou de um processo seletivo.
381 Portanto, seria necessário o recadastramento de todos os servidores, assegurou
382 que a secretaria não conseguiria atender isso nesse momento. A lotação consta,
383 a atribuições, pois consta a função e consta a remuneração. Quanto às
384 penalidades impostas aos servidores não é da competência do RH, e solicitou a
385 retirada do item da sub-proposta, justificou que ficou acordado com o comitê que
386 seria feita a consulta com a Corregedoria. Da mesma forma, no que se refere ao
387 detalhamento do ponto, exemplificou, informações sobre as hora que o servidor
388 bateu o ponto no local de trabalho, o comitê ficou de perguntar para PGM,
389 considerou que esse item também deve ser retirado da sua sub-proposta. Temos
390 a divulgação do horário de trabalho de todos os servidores e o local onde ele está
391 prestando serviços e se ele está trabalhando ou afastado, consta também o tipo
392 de afastamento. Com relação ao tempo de serviço, consta a data de admissão ao
393 fazer a consulta individual. Solicitou ao Carlos para acessar o Portal da
394 Transparência. Informou que no Portal da Transparência há vários níveis de
395 informações, o munícipe ou a pessoa interessada poderá consultar no relatório
396 geral, ou de forma individual. Citou, relatórios dos inativos, dos cargos eletivos,
397 comissionados, dos temporários e estagiários. Exemplificou, que se o cidadão
398 deseja saber quanto 'fulano' ganha basta digitar o nome dele, ou tipo de cargo,
399 ou contrato. Consta, desde estagiário até os Conselheiros Tutelares, todos que
400 tem vínculo com a prefeitura, vai aparecer a remuneração, data de contratado,
401 local e horário de trabalho. Divulgou que foi inserido os protocolos de licença
402 prêmio atualizado. Mostrou as tabelas de valores relacionados aos cargos. No
403 item requisito de provimento atribuições dos cargos comissionados, o RH,
404 elaborou uma proposta encaminhou para o governo. A informação referente a
405 diárias, não é da alçada de RH. Informou que no que se refere a implantação do
406 novo sistema estão em fase de treinamentos e que o contrato já foi aditivado uma
407 vez, pois identificou que ocorrerá uma série de parametrizações, coisas muito
408 distintas que precisam ser ajustados, então esse contrato já teve em 3 meses a
409 mais de dilação no prazo. Afirmou que a DTI está trabalhando intensamente com
410 a Secretaria de RH, no entanto, concluiu que como o sistema não está implantado
411 não é possível atender na questão de ponto, eletrônico. Sr. Carlos questionou



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
Controladoria-Geral do Município
Comitê Gestor do Plano Municipal de
Transparência e Controle Social
Atas – 2020

412 com relação ao novo sistema, os quadros apresentados, de Cargo comissionado,
413 efetivo, relação de servidores, se deixariam de ser manual. Sra. Adriana
414 respondeu que no que se refere ao quadro de Cargo comissionado que conta no
415 plano de cargos e salários isso é feito manual, pois é um item fixo, mas com
416 relação aos relatórios, eles não são manuais, é gerado pelo 'Equiplano' e postado
417 no Portal, porque os dados são parametrizados, é preciso indicar o que se quer,
418 ele é personalizado. A Sra. Cinthia deduziu que o Carlos se referiu no sentido de
419 alguma forma, integrar os dados, em geral na tela de consulta. Sra. Adriana
420 replicou que só terá tudo isso e claro com a implantação total do sistema, no
421 entanto, afirmou que nenhum local autoriza acessar e fazer consultas direto do
422 sistema de RH. Dando continuidade, o Sr. Auber questionou se existe alguma
423 política de *compliance*, e se ela é diferenciada para cargos comissionados e para
424 efetivo. A Sra. Adriana respondeu que existe o Código de Ética e o Estatuto que
425 é padrão. Sr. Auber especificou se existe algum software, que faz esse
426 acompanhamento em termos Inteligência Artificial, que faça monitoração, para
427 identificar o *compliance*. A Sra. Adriana e alguns membros demonstraram não estar
428 entendendo a colocação do Sr. Auber. Então, o Sr. Auber foi mais específico e
429 perguntou se não existe um robô monitorando os 10 mil servidores em relação à
430 política de *compliance*, de forma preventiva. O Sr. Newton enfatizou que não tem
431 nenhum programa de *compliance*, sistema de integridade e nem código de ética.
432 Continuando, o Sr. Auber questionou, se em ano de eleição, existe uma agenda
433 do chefe do executivo, agenda de secretários, em relação à divulgação de
434 horários. Sr. Newton replicou que na realidade, isso tudo levantado pelo Sr. Auber
435 consta como propostas do acordo de cooperação com a Controladoria-Geral da
436 União (CGU). Existe o programa pacto que é um conjunto de ações legais e boas
437 práticas. A CGU apresentou essa proposta para prefeitura e o prefeito aderiu.
438 Concluiu que não é objeto do Plano. Aproveitando a oportunidade, o Sr. Carlos
439 acessou no Portal da Prefeitura e apresentou a agenda do Sr. Newton que é
440 divulgada on-line para a população. Sr. Auber colocou que um dos primeiros
441 passos do *compliance*, é dizer onde você está e o que está fazendo em relação à
442 organização. O Sr. Auber sugeriu colocar essa prática de *compliance*, não só aos
443 cargos efetivos, mas também aos cargos comissionados. Sra. Adriana replicou
444 que com a ressalva que não é só da responsabilidade do RH. Isso deve ser
445 definido um projeto ao nível estratégico de política de *compliance* e envolveria a
446 prefeitura como um todo. Sr. Juarez finalizou que não cabe ao Plano de
447 Transparência. O Sr. Alexandre pediu a palavra, para contribuir com a questão de
448 penalidade no que se refere a divulgação, pois, a lei 13.709/2018, Lei Geral de
449 Proteção de Dados Pessoais (LGPD) vem salvaguardar a divulgação de algumas
450 informações pessoais. Considerou que o agente público, o servidor, ou secretário
451 que faz o controle dessas informações deve se atentar, pois, com a divulgação
452 errônea, ele pode vir a responder civil e criminalmente. Orientou aos que trabalha
453 com informação sensível deve se atentar nessa lei que começa a vigorar na sua
454 plenitude em agosto. Considerou que em nome da Transparência acabamos
455 divulgando muitas informações e com isso podemos ser penalizados. Informou
456 que a ouvidoria junto com a Corregedoria estão se aprofundando ao estudo da
457 lei, pois trabalham com muitas informações. Mas, acredita que toda a
458 Administração Pública deve se prevenir. Adriana replicou que o Recursos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
Controladoria-Geral do Município
Comitê Gestor do Plano Municipal de
Transparência e Controle Social
Atas – 2020

459 Humanos está sim antenado, pois, com a ampliação da Lei terão que avaliar se
460 podem ou não continuar divulgando tudo que está no Portal hoje. Sr. Newton
461 retomou a discussão da sub-proposta para seguir e fazerem uma avaliação.
462 Considerou que o primeiro item em relação a qualificação, conforme o que foi
463 expressado pela Secretaria Adriana não será cumprida, neste momento e ao
464 questioná-la, se há algum projeto para implementar. A Sra. Adriana manifestou
465 que no momento não. O Sr. Newton continuou que, então, no que se refere a essa
466 ação, não poderá ser dada como concluída. Colocou que em relação às
467 propostas, a prefeitura poderia se posicionar no sentido do que é e do que não é
468 possível executar. Pois, em termos de se colocar como proposta tudo é possível,
469 mas em termos de implementação, temos essas variáveis que temos que
470 ponderar. Concluiu que se o comitê entender que tem que ser feito, esse Plano
471 não será concluído tão cedo. O Sr. Auber corrigiu-o que no que se refere a sub-
472 proposta e não ao Plano. A Sra. Adriana ponderou que referente a qualificação,
473 teríamos que entender, o que divulgar, o que a qualificação agrega esta pesquisa
474 do munícipe, porque ao ingressar esse servidor já atende um concurso público,
475 um processo seletivo ou de um cargo comissionado. A questão da qualificação
476 que ele vai adquirindo ao longo do tempo, é um processo de promoção, que
477 também tem normativas para isso. Constatou que primeiro temos que entender
478 qual a vantagem de divulgar toda a qualificação dos servidores. Porque se o
479 servidor está no cargo A, B, C ou D, ele participou de um processo de promoção,
480 tem um processo SEI atrelado àquela promoção com todo o caminho percorrido.
481 Nesse sentido, qual é a necessidade de divulgar a qualificação após a investidura
482 no cargo. Considerou que ao identificar o porquê disso, entenderá o que precisará
483 ser colocado para essa divulgação. O Sr. Carlos colocou que a promoção por
484 conhecimento é de interesse de todos os servidores, uma vez que, o aumento é
485 de 10 a 12% sobre o salário conforme o cargo e finalizou concordando com a fala
486 da Sra. Adriana. Sr. Newton frisou que conforme já expressado anteriormente, só
487 o autor do Plano pode nos explicar o sentido de cada sub-proposta. Prosseguiu
488 dizendo que em seu entendimento essas qualificações seriam, por exemplo: tal
489 secretário tem qualificação para o cargo. A Cinthia observou que os currículos dos
490 secretários já constam no Portal da Prefeitura. Sr. Newton continuou que o Plano
491 está posto muito generalizado, mas que acredita que essa qualificação seria mais
492 em relação às secretarias, posições de diretoria, assessoria ou funções de
493 confiança. Concordou que a divulgação da qualificação de todos os servidores
494 não agregaria nenhum valor. Finalizou questionando se o Comitê poderia limitar
495 isso. O Sr. Auber solicitou a fala e expressou: que não vê a justificativa para não
496 cumprir uma sub-proposta básica como esta. E explicou que: são coisas básicas,
497 qualificação, lotação, atribuições. A Sra. Adriana o interrompeu e informou que
498 dos itens citados o único que não está contemplado é a qualificação. Lotação,
499 atribuição e remuneração estão atendidas. A qualificação está desatualizada,
500 precisaríamos fazer um cadastramento pedindo para todos os servidores
501 atualizarem a qualificação. Hoje, temos a qualificação do Servidor ao seu
502 ingresso. Sr. Auber questionou sobre o item, penalidades. A senhora Adriana
503 replicou que Informações quanto às penalidades impostas aos servidores não é
504 da competência do Recursos Humanos e sim da Corregedoria COGEM. Danilo
505 completou que ação foi demandada ao COGEM visto a necessidade de verificar



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
Controladoria-Geral do Município
Comitê Gestor do Plano Municipal de
Transparência e Controle Social
Atas – 2020

506 quanto a legalidade da divulgação dos dados. Adriana acrescentou: levando em
507 consideração no que se refere a Lei Geral de divulgação de informações. O
508 Sr. Auber sugeriu que todas essas justificativas sejam feitas por escrito, colocar o
509 porquê não é possível fazer e enviar a todos os envolvidos, e o porquê que não
510 pode aparecer junto da corregedoria até que possa ficar em caráter restrito para
511 preservar essa informação, de quem prestou essas informações das penalidades,
512 porque eu tenho um dos maiores problemas que se deparam, e daí entra no eixo
513 da Transparência e combate. É saber com quem você está trabalhando, ninguém
514 tem uma bola de cristal para saber quem são as pessoas, o histórico que ela
515 apronta, ao longo do tempo de prefeitura. Considerou que a informação é
516 importantíssima. A Sra. Adriana perguntou se isso seria ao nível externo, pois, a
517 informação já é prestada internamente. Sr. Alexandre informou que a Ouvidoria-
518 Geral da União recomenda que esse tipo de informação seja trabalhado com
519 muita cautela, na verdade, na maioria das vezes é recomendado que não se
520 passe. Justificou que inclusive por conta da lei 13709. Sr. Auber lamentou que é
521 exatamente por essas percepções que impedem evoluir no combate da
522 corrupção. Justificou que o praticante de corrupção pode estar ao seu lado
523 trabalhando. A Sra. Cinthia corrigiu informando que internamente os interessados
524 recebem as informações necessárias. A Sra. Adriana exemplificou que quando há
525 uma remoção ou mudança de lotação, o titular da pasta ou gestor responsável
526 recebe todas as informações quanto as penalidades deste servidor. O Sr. Newton
527 completou que no decreto de demissão deve ser informado o motivo do
528 desligamento com fundamentação legal. A Sra. Adriana reafirmou que referente
529 a qualificação não é que não possamos atender. Hoje, a qualificação não está
530 atualizada e para atender precisaríamos fazer o recadastramento de 10 mil
531 servidores, para isso precisamos de um plano é realizar. No entanto, o Recursos
532 Humanos está passando por três processos muito grandes, que é a própria
533 questão do sistema, folha e plano de cargos e salários consignado. Então, nesse
534 momento o RH não tem como atender essa demanda. Mas é claro que tem como
535 ser feito no futuro sim. O RH tem prioridades que em seu entendimento irá trazer
536 uma transparência muito maior e uma rapidez também no processamento de
537 dados, na integração. Afirmou que prioriza isso porque vai dar resultados maiores.
538 E depois poderemos fazer o recadastramento da qualificação de maneira mais
539 eficaz. Cinthia acrescentou que o próprio novo sistema permitirá que o servidor
540 consiga entrar e fazer esse recadastramento. Adriana confirmou que é um Banco
541 de Talentos que permitirá o cadastramento do currículo deste servidor, considerou
542 que será bem interessante. Exemplificou que com a implantação do novo sistema,
543 possibilitará que os apontadores, os servidores que ficam hoje digitando ponto por
544 ponto, estarão liberados para uma outra função talvez mais estratégica como o
545 recadastramento. No entanto, reafirmou que essa demanda não poderá ser
546 atendida esse ano e finalizou pedindo para aumentar o prazo para atender essa
547 demanda. O Sr. Alexandre pediu a fala para contribuir que quando alguém entra
548 com pedido de acesso à informação, um dos tópicos que pode ser utilizado para
549 indeferir esse pedido, é quando o pedido é desproporcional, desarrazoado ou que
550 exija um grande esforço de realocar servidores de um serviço para poder atender
551 essa demanda. Considerou que é onde se enquadra o caso do RH, para produzir
552 “isso” é preciso realocar vários servidores e que pode levar muito tempo para



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
Controladoria-Geral do Município
Comitê Gestor do Plano Municipal de
Transparência e Controle Social
Atas – 2020

553 atender o pedido. Ponderou que muitas vezes em nome da transparência nós
554 deixamos de cumprir, o princípio da eficiência e da economicidade. Gastamos
555 recursos e esquecemos da eficiência, eficácia e efetividade do serviço público.
556 Sendo que se aguardamos um tempo, como a Adriana acabou de pontuar,
557 podemos ter um resultado mais efetivo. Sr. Newton resumiu que a sub-proposta
558 não poderá ser dada como concluída, uma vez que, algumas situações ainda
559 estão pendentes. A secretaria Adriana já colocou que em relação à qualificação
560 não poderá atender esse Ano. No que se refere as atribuições dos cargos
561 comissionados, existe uma minuta que está na Secretaria de Governo. Quanto as
562 penalidades impostas aos servidores, não só no caso de demissão, demandar
563 para a corregedoria, se teria algum problema na questão de sigilo, como o
564 Alexandre bem lembrou. E a implantação do Novo Sistema de Gestão de Pessoal.
565 Sra. Adriana repetiu que o contrato teve dilação de mais três meses e estão em
566 fase de treinamento e calculou que a expectativa para rodar a primeira folha seria
567 em junho. Adriana resgatou e confirmou com os membros que a ação que lhe
568 cabe e ainda está pendente seria a qualificação. Pediu novamente para retirarem
569 da sua responsabilidade no que se refere a penalidade. Quanto ao sistema o
570 prazo de implantação provável é de junho/2020. No que se refere as atribuições
571 de cargos comissionados, o RH já elaborou um descritivo das atividades e
572 encaminhou para o Governo, foi feito o trabalho que lhe cabia. O Sr. Newton
573 concordou que a pendência não é mais do RH e sim do Governo. Sr. Juarez
574 adiantou que o documento está pronto e que aguarda a assinatura do Chefe do
575 Executivo. O Sr. Auber questionou qual seria o posicionamento do Comitê no que
576 refere a essa demanda e perguntou se preferiam que o Conselho encaminhasse
577 ofício para o Executivo com cópia para a Secretaria de Governo. Sr. Newton
578 considerou não haver essa necessidade e que a prática adotada pelo Comitê é
579 pela Controladoria, por meio da Diretoria de Transparência e Prevenção fazer os
580 encaminhamentos dos SEIs, com as demandas para secretarias para que elas
581 nos informem, o status das pendências e dentro dessa resposta, nós
582 apresentamos para o comitê. O Sr. Auber ponderou a existência de uma lista de
583 pendências e se teria como deixar transparente para os membros do Comitê e
584 colocarmos na próxima reunião para verificar as deliberações. O Sr. Newton
585 concordou e deu o assunto como concluído. Sr. Newton agradeceu a presença
586 de todos, e deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Gisele
587 Cristhiane Itiyama, lavrei a presente ata que, se aprovada, será assinada pelo
588 Senhor Newton Hideki Tanimura e demais presentes. Londrina, 10 de março de
589 2020. A reunião foi encerrada às 16 horas e 12 minutos.

590
591
592
593
594
595
596
597
598
599

Newton Hideki Tanimura: _____

Carlos Alberto Siqueira: _____

Gisele Cristhiane Itiyama: _____



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
Controladoria-Geral do Município
Comitê Gestor do Plano Municipal de
Transparência e Controle Social
Atas - 2020

600 Alexandre Sanches Vicente: _____
601
602
603 Danilo A. L. Barbosa: _____
604
605
606 José Albino O. Branco: _____
607
608
609 Auber Silva Pereira: _____
610
611
612 Fernando Tunouti: _____
613
614
615 José Eduardo Soncin: _____
616
617
618 Juarez P. Tridapalli: _____
619
620
621 Adriana Martello Valero: _____
622
623
624 Cinthia Mara Camillo: _____
625
626
627 Saulo F. A. Vieira,: _____
628
629
630 Marcelo Frazão: _____